

Campanha da Fraternidade 2019

**FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS**



SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Frederica Montanari Lourençato

Assistente Social

fmlourencato@usp.br



Fraternidade e Políticas Públicas

- **Objetivo principal:** construção da fraternidade e conversão pessoal e social, a Igreja se volta para situações existenciais do povo brasileiro, no sentido de **Continuidade, Sensibilização e Comprometimento**
- **Objetivo Geral:** “Estimular a participação em políticas públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a **cidadania** e o **bem comum**, sinais de fraternidade”.
- **Horizonte da Evangelização e Transformação Social**



Fraternidade e Políticas Públicas

- Objetivos Específicos
 1. **Conhecer** como são formuladas e aplicadas as Políticas Públicas estabelecidas pelo Estado Brasileiro.
 2. **Exigir** ética na formulação e concretização das PP.
 3. **Despertar** a consciência e incentivar a participação de todo cidadão na construção de PP.
 4. **Propor** PP que assegurem os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis.
 5. **Trabalhar** para que as PP eficazes de Governo se consolidem como PP de Estado.
 6. **Promover** a formação política dos membros de nossa Igreja, especialmente dos jovens. em vista do exercício da cidadania.
 7. **Suscitar** cristãos católicos comprometidos na política como testemunho concreto de fé.

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Políticas Públicas

GOVERNO

Administra os recursos públicos

CIDADÃOS

Pagamentos dos impostos

NECESSIDADES

Saúde , Educação, Meio ambiente, Segurança Pública, etc...



Políticas Públicas

Direito: só temos um problema quando a direito não é satisfeito





Políticas Públicas



Poder Executivo

Presidente, Governador, Prefeito, Ministros, Secretários : Apresenta a necessidade/direito

Papel: Executar a Política Pública



Poder Legislativo

Senadores, Deputados e Vereadores

Papel: Criar a Lei ou Regulamentar o Direito



Conselhos de Políticas Públicas

Atores Políticos, Sociais, Organizações e os cidadãos - NÓS

Papel: Participação levar a necessidade e cobrar efetivação

Política nasce da realidade –

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

Constituição Federal , 1988

Art. 196: “ A saúde é **direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante **políticas sociais** e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua **promoção, proteção e recuperação**”.

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

- A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- Prevê a garantia às pessoas e à coletividade das condições de bem-estar:
 - Físico
 - Mental
 - Social



Lei nº 8080/90

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

- Elenca os fatores determinantes e condicionantes da saúde:
 - Alimentação
 - Moradia
 - Saneamento básico
 - Meio Ambiente
 - Trabalho
 - Renda
 - Educação
 - Transporte
 - Lazer
 - Acesso a bens e serviços essenciais

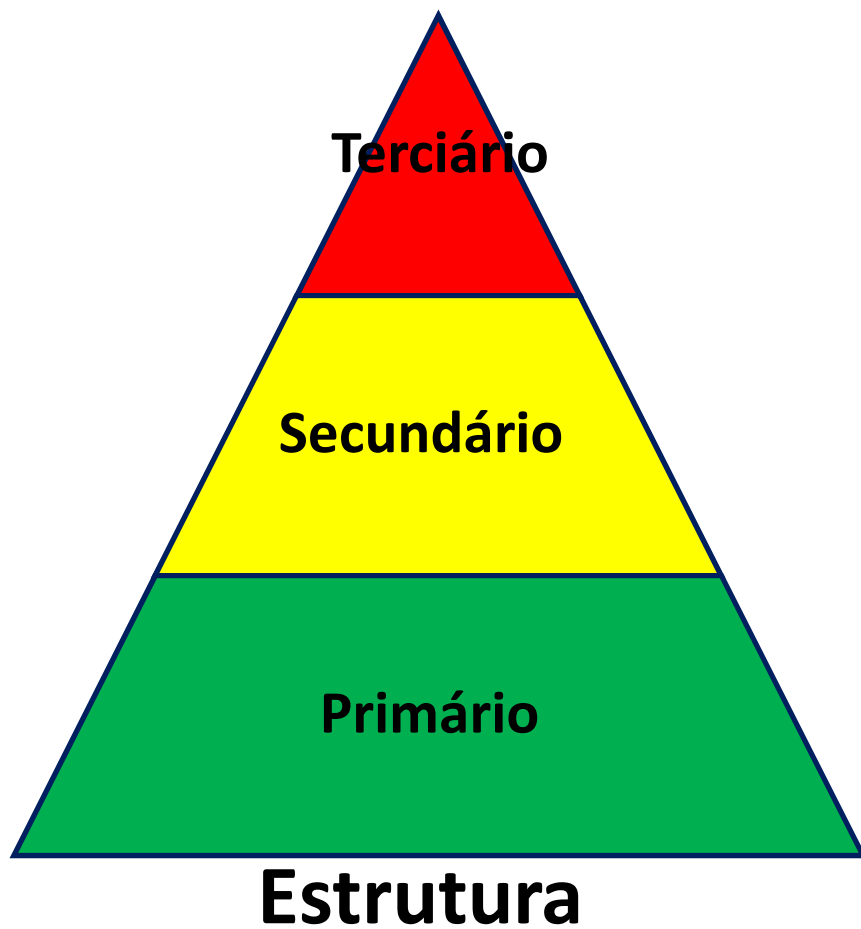


Lei nº 8080/90



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde – SUS



Lei nº 8080/90



Saúde e Políticas Públicas

Politize! Conteúdos ricos, divertidos e gratuitos sobre política, formando cidadãos mais conscientes e capazes de mudar o Brasil.
Acesse e contribua: www.politize.com.br

SAÚDE PÚBLICA E AS BASES DE FUNCIONAMENTO DO SUS

Atenção básica



Postos de saúde e UBS (ações preventivas, ex: consultas de rotina e vacinação).



Atenção secundária



UBS e UPA (doença já identificada que demanda acompanhamento especializado; ex: cardiologista).



Atenção terciária



-UPA alguns terciários como derrames e infartos.
-Hospital para os piores (quadros mais graves que requerem mais preparo do estabelecimento; ex: cirurgias em geral).



Reabilitação

Casos que já foram tratados, mas exigem algum tipo de acompanhamento posterior (ex: fisioterapia).





Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

- **integralidade:** o paciente deve ser atendido com um cuidado integrado que considere todas as suas condições: social, necessidades específicas e características próprias, atendimento de várias especialidades.
- **universalidade:** garantia de que o atendimento público de saúde deve ter qualidade e deve ser acessível a todos os cidadãos.
- **equidade:** tem a função de fazer o atendimento de saúde em condições de personalização do atendimento de acordo com as necessidades de saúde de cada pessoa.



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

- **regionalização:** divisão e a distribuição das funções do sistema pelas regiões do país para que o sistema funcione da melhor forma possível.
- **participação popular:** participação dos cidadãos para que os cidadãos possam sugerir mudanças e dar sua opinião sobre a qualidade do funcionamento do sistema.
- **descentralização de administração:** a descentralização tem a função de organizar a prestação dos serviços de saúde pelo país. Cada uma das esferas de governo (federal, estaduais e municipais) tem suas responsabilidades no funcionamento e na organização do sistema.



FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

Divisões internas que têm a função de atender situações específicas de saúde. Veja alguns exemplos:

- Subsistema de atenção à saúde **indígena**
- Subsistema de **atendimento e internação domiciliar**
- Subsistema de **acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato**
- **Bancos de sangue**
- **Rede de atenção psicossocial**
- **Programa saúde na escola**
- **Programa de saúde da família**
- **Política nacional de saúde bucal**



Lei nº 8080/90

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

Sistema Único de Saúde - SUS

- Programa nacional de **imunizações**
- Programa farmácia popular
- Programas específicos de atendimento de saúde para:
 - **idosos**
 - **Diabéticos**
 - **atendimento de nutrição**
 - **Hipertensão**
 - **saúde da mulher**
 - **combate ao fumo**
 - **saúde dos presos, entre outros.**



Lei nº 8080/90



Saúde e Políticas Públicas

- **1988** - A Constituição Brasileira reconhece o direito de acesso universal à saúde a toda a população, por meio de um Sistema Único de Saúde.
- **1990** - Leis n.º 8.080 e n.º 8.142 regulamentam os serviços, a participação da sociedade e as bases de funcionamento do SUS.
- **1991** - Estruturação da rede de atenção básica em saúde com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.
- **1994** - Estruturação da Saúde da Família com equipes multidisciplinares atuando nas comunidades.
- **1995** - Regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS.
- **1996** - Acesso e distribuição de medicamentos aos portadores de HIV/Aids.
- **1997** - Criação do Disque Saúde.
- **1998** - Sistema Nacional de Transplantes e Plano Estratégico de Mobilização Comunitária para o Combate à Dengue.
- **1999** - Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Política Nacional dos Medicamentos Genéricos.
- **2000** - Criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - Regulamentação do setor privado de saúde.
- **2001** - A Lei n.º 10.216 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.



Saúde e Políticas Públicas

- **2002** - Políticas Nacionais de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências.
- **2003** - Criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
- O programa "De Volta para Casa" contribui com o processo de reinserção social de pessoas com história de internação psiquiátrica.
- **2004** - Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de Humanização do SUS e de Saúde do Trabalhador, Programa "Brasil Sorridente" - Um conjunto de ações para melhorar as condições de saúde bucal e Programa "Farmácia Popular do Brasil".
- **2005** - Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e Publicação do Plano Nacional de Saúde.
- **2006** - Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão estabelecidos pelos gestores das esferas federal, estadual e municipal, com objetivos e metas compartilhadas e Política de Saúde da Pessoa Idosa.
- **2007** - Política Nacional sobre o Álcool e veiculação de campanhas sobre o uso abusivo.
- **2009** - Lançamento da Campanha Nacional de Prevenção à Influenza H1N1, Política Nacional da Saúde do Homem.
- **2010** - Criação do primeiro cadastro nacional de pesquisas clínicas realizadas em seres humanos, Universidade Aberta do SUS e Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena.
- **2011** - Estratégia Rede Cegonha, Plano Nacional de Enfrentamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Regulamentação do Cartão Nacional de Saúde e Programa Saúde Não Tem Preço.

FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas



Saúde da Família



FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Saúde e Políticas Públicas

10 Prioridades de Saúde Organização Mundial da Saúde 2019

1. Poluição do ar e mudanças climáticas
2. Doenças crônicas não transmissíveis
3. Pandemia de gripe
4. Cenários de fragilidade e vulnerabilidade
5. Resistência antimicrobiana
6. Ebola
7. Atenção primária de saúde
8. Relutância em vacinar
9. Dengue
10. HIV





Saúde e Políticas Públicas

Participação da comunidade

Controle Social se faz pela inserção da população brasileira na **formulação de políticas públicas em defesa do direito à saúde** e atribui importância a instâncias populares na **fiscalização e controle das ações do Estado**, considerando as especificidades de cada região brasileira.

1. Pesquisa de satisfação dos serviços e Ouvidorias dos serviços de saúde

3. Conselhos Municipal e Estadual da Saúde: são órgãos deliberativos que atuam como espaços participativos estratégicos na **reivindicação, formulação, controle e avaliação da execução das políticas públicas de saúde**

- **Composição:** membros representantes de usuários, representantes de Trabalhadores da Saúde, representantes dos Prestadores de Serviços do SUS e representantes do governo.

O cidadão é um contribuinte, deve ser respeitado e para apoiar esta respeitabilidade é que existem as ouvidorias, que atuam na perspectiva de “fazer valer” o direito do cidadão, contextualizado no conceito de justiça, representação, igualdade de oportunidade e o acesso ao serviço público de qualidade.
(Roure, 2013)



Saúde e Políticas Públicas

Participação da comunidade

O cidadão é um contribuinte, deve ser respeitado e para apoiar esta respeitabilidade é que existem as ouvidorias, que atuam na perspectiva de “fazer valer” o direito do cidadão, contextualizado no conceito de justiça, representação, igualdade de oportunidade e o acesso ao serviço público de qualidade.
(Roure, 2013)

Espaços de participação política e não de “*politicagem*”

Vivemos uma crise de valores e de descompromisso com a VIDA!!!

O Direito não se efetiva sozinho, precisamos nos envolver!

A luta por direitos pressupõe compromisso e participação!



Campanha da Fraternidade 2019
**FRATERNIDADE
E POLÍTICAS PÚBLICAS**



- *“É necessário que os leigos católicos não permaneçam indiferentes à vida pública, nem fechados nos seus templos, nem sequer esperem as diretrizes e as recomendações eclesiais para lutar a favor da justiça e de formas de vida mais humanas para todos”. (Francisco, 2017).*

